

'Incompetência para baixar juros'

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, admitiu, ontem, no Rio, que o governo não tem competência para baixar as taxas de juros, mesmo sabendo que uma das distorções básicas da economia brasileira é a grande expressão assumida pelo setor financeiro, ao estimular a atividade especulativa, em detrimento do setor produtivo.

A presença do ministro da Fazenda no Auditório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), para participar de seminário sobre investimentos públicos, não despertou o interesse do empresariado. Diante da perspectiva de ter seu auditório praticamente vazio, a direção da CNI

mobilizou às pressas um grande número de funcionários, que ocuparam as poltronas reservadas aos empresários. Essa situação favoreceu o ministro, que deixou de ser questionado sobre as principais questões que afetam a economia do País.

O tabelamento das taxas de juros, por exemplo, foi pedido pelo presidente da Federação das Indústrias de Rondônia, Frederico Simão Carneiro, por achar que "o governo não pode mais permitir que o dinheiro do País deixe de ajudar a quem enche a barriga do povo para ficar na especulação financeira, sangrando as empresas produtivas e os salários dos operários".

Ao descartar a proposta de tabelamento dos juros, Bresser Pereira ressaltou que "o governo tem de proteger os bancos, de modo a que continuem fortes". Também reconheceu que o governo tem grande parcela de responsabilidade na situação distorcida do setor financeiro, ao buscar junto ao setor privado os recursos de que necessita para financiar o déficit público.



Bresser: "O governo tem de proteger os bancos" Carlos Chicarino

Bresser lembrou que nem seu antecessor no Ministério da Fazenda, Dilson Funaro, "tão radical quanto o senhor (o presidente da federação de Rondônia) não conseguiu esse intento, o que demonstra que tabelar juros não dá". Acrescentou que juros altos representam problemas para as economias desenvolvidas, mas, no caso do Brasil funcionam como fator até certo ponto positivo, como nas cadernetas de poupança que rendem 6% ao ano acima da inflação.

Segundo o ministro, a inflação continua sendo a causa da falta de estabilidade econômica no País, assunto que se mantém entre as prioridades governamentais, na medida em que afeta diretamente toda a programação de investimentos. Acrescentou que o congelamento determinado no meio do ano não resolveu em parte o combate ao processo inflacionário, cujas taxas deverão se estabilizar na faixa de 10 a 12% ao mês.

Na sua opinião, o Brasil vive duas crises sérias: a fiscal e a de investimento público. Segundo explicou, a economia brasileira vem sofrendo uma crise fiscal progressiva desde a década de 70, responsável

direta pela redução dos investimentos públicos, que, de 1980 a 1987, caíram 4,8% com relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Para Bresser, a única saída para a crise econômica é a redução do déficit público e o aumento da receita, de modo a permitir que o País chegue a ter poupança pública equivalente a 1% do PIB embora o ideal seja entre 5 e 6%. Na sua opinião, o fisco pode atuar mais nos seguintes segmentos: rendimento de capital, bens de capital, bens sobre patrimônios (heranças e outros) e importação.

Paralelamente a esse aumento de receita, aliou a redução dos gastos públicos e dos subsídios e a necessidade de maior critério nos programas de destinação de recursos públicos. Citou como exemplos de políticas de investimentos públicos não recomendáveis o Proálcool e o setor siderúrgico. "No Proálcool, cometemos um grande erro e agora se faz um grande lobby para manter o programa, e a siderurgia é uma indústria velha com excedentes no mundo inteiro." O ministro da Fazenda, ao sair da sede da CNI, negou que estivesse demissionário do cargo.